



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona
Cívica Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as
Mulheres – PNPM

Ajuda-Memória – 40ª Reunião Ordinária

DATA: 13/09/2011, de 09h30min às 14:00h.

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Adriana Santos Rosa – **MTE**
- Analine Specht – **MDA**
- Andréa Azevedo – **ONU Mulheres**
- Célia Jeanne dos Santos – **Minc**
- Cristina Queiroz – **SPM**
- Daiane de Oliveira Lopes – **MEC**
- Elisabeth Marins – **IPEA**
- Felipe Fernandes - **UFSC**
- Gabriela Parente – **SPM**
- Gicele Sucupira – **UFRS**
- Gleidy Ribeiro – **SG/PR**
- Joyce del Frari – **Secom**
- Leonor da Costa – **MTE**
- Liliane Brum – **MS**
- Luana Simões Pinheiro – **IPEA**
- Luciana Fonseca – **SDH**
- Luis Fujiwara – **ONU Mulheres**
- Magaly Correia Marques – **Casa Civil**
- Maria Carolina Alves – **MDS**
- Maria do Rosário Cardoso – **MPOG**
- Mariana Mazzini – **SPM**
- Pollyana de Assis Córdova - **MDS**
- Rodrigo de Oliveira Júnior – **MEC**
- Rosa de Lourdes – **CNDM**
- Roseli Moraes – **CEF**

- Sêrvio Túlio – **SPM**
- Silvana Verissimo – **CNDM**
- Tamara A. Gonçalves – **MEC**
- Tatau Godinho - **SPM**
- Tereza Maria Goês Monteiro - **MCid**
- Vera Lúcia de Oliveira – **MAPA**
- Veronica Lemos de Oliveira Maia – **Seppir**
- Zildete Silva de Melo – **Secom**

1. Abertura

A coordenadora do Comitê, a subsecretária de Planejamento Tatau Godinho, iniciou a reunião saudando o comitê e propondo uma rodada de apresentações. Ela se apresentou como a nova Subsecretária de Planejamento e acrescentou que Lucia Comini está designada para a Secretaria de Articulação Institucional. Em seguida, pediu a todas/os as/os presentes que se apresentassem e indicassem a instituição que representavam. Terminada a rodada de apresentações, ela apresentou os pontos de pauta: i) informes; ii) reflexão sobre o que será o legado da atual gestão para a política para as mulheres, iii) a preparação para a conferência; iv) relatórios e monitoramento das políticas para as mulheres, sublinhando a responsabilidade do comitê quanto à avaliação das políticas e v) o preenchimento do SIGSPM.

2. Informes

Mariana Mazzini, da SPM, prosseguiu dando os informes. A respeito dos Grupos de trabalho, colocou-se que o momento é de processar as informações do material produzido pelos GTs, principalmente pelo GT sobre Gestão da Transversalidade.

A respeito da Avaliação do II PNPM, Mariana informou que há muito tempo já se falava na construção de um estudo sobre o tema. Nesse sentido, está-se construindo um projeto, que ainda não está finalizado. A ideia central é submeter o 2º PNPM e a 3ª CNPM a uma avaliação por uma equipe externa, capaz de oferecer um ponto de vista crítico, objetivo e equilibrado. Mariana comprometeu-se a informar o comitê da consolidação do projeto.

Julia Zamboni, do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero convidou as/os presentes a participarem do seminário “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres - uma análise das tendências da cobertura jornalística”, que será realizado no dia 3 de outubro, às 9h da manhã, aberto ao público em geral, que tratará da monitoração da cobertura jornalística como ferramenta de equidade de gênero.

A subsecretária Tatau Godinho seguiu dando um informe sobre a Lei Maria da Penha. Ela observou que o mês de agosto foi muito investido na comemoração e pactuação com os estados, aproveitando o aniversário da lei. Como objetivo era aumentar o engajamento dos estados e do judiciário com a sua execução, foi realizado um evento no Rio de Janeiro, para o qual foram convidadas as secretárias estaduais, representantes do judiciário e de organismos de política para mulheres, objetivando a presença de representantes de todas as instituições que se relacionam à aplicação da lei. Até então subsistiam três estados sem judiciário especializado. Foi obtido nesse aniversário o anúncio de sua criação em dois deles, faltando somente, para que seja uma instituição generalizada no país, que Sergipe crie seu judiciário contra a violência contra a mulher. Outro ponto colocado em evidência foi a ampliação dos núcleos de defesa da mulher dentro das defensorias públicas. Tatau Godinho frisou que houve um grande investimento da SPM na proposta de aproveitar o aniversário da Lei Maria da Penha para fortalecer o engajamento das instituições públicas para com a lei.

3. 3ª CNPM

A subsecretária Tatau Godinho informou que a conferência nacional de políticas para as mulheres está marcada oficialmente para os dias 12 a 15 de dezembro. Foi divulgada uma outra data, o dia 14, por uma restrição quanto ao local. Este problema foi resolvido, o que abriu a possibilidade de ampliar para o dia 15 e ganhar assim mais tranquilidade no programa. O credenciamento começará pela manhã para as delegações estaduais, e a abertura da conferência começará às 18h no centro de convenções Ulysses Guimarães.

Tatau Godinho acrescentou que o ciclo das conferências municipais está terminando, a maioria delas já foi realizada, com mais de 2.000 municípios envolvidos. No dia 22 de setembro se iniciam, com a conferência do Acre, as conferências estaduais, que se concentrarão no mês de outubro, com quase 25 conferências estaduais. Ainda no tema, Tatau informou que a comissão organizadora discutiu uma proposta de relatório a ser enviada para as conferências estaduais a fim de munir os debates na fase nacional. Disse que o esforço estava sendo grande para a preparação da etapa estadual e que era preciso que o comitê se invista para que a conferência governamental aporte igualmente. Apesar do prazo ter sido apertado, o resultado foi bem positivo e o número de municípios participantes foi alto.

Roseli Moraes, da CEF, inquireu sobre a existência de uma pré-pauta para a participação de empresas públicas na conferência governamental, ao que Tatau respondeu afirmativamente, indicando que havia previsão de um ponto de pauta específico sobre a questão.

4. “Política para mulheres (2011 – 2014): quais legados queremos deixar?”

Tatau propôs uma apresentação conduzida por Luana Pinheiro, do Ipea, intitulada “Situação das Mulheres no Brasil”, na qual Luana apresentou uma série de dados e indicadores sobre as diferentes dimensões do tema.

A subsecretária Tatau Godinho declarou que essa apresentação subsidiaria o debate sobre as prioridades desse novo ciclo de governo. Ela reiterou que a eleição da primeira mulher presidenta da República criara uma impressão de que a sociedade brasileira finalmente chegara a um momento de realização da mulher, uma impressão de que as mulheres começavam a ocupar todos os espaços, e de que havia uma abertura em relação a políticas para as mulheres. Tatau frisou a importância de chamar atenção sobre o fato de que a atual situação é resultado de um processo de luta na sociedade brasileira. Ela afirmou que existe, atualmente, um maior investimento pessoal das mulheres em educação, em política, em matéria de participação e cobrança, de construção de novas relações entre elas e a sociedade. Essa transformação é difusa e, claro, mais concentrada nos movimentos de mulheres. Há, porém, uma contradição, ilustrada pela manutenção da baixa participação das mulheres no legislativo, mesmo com a eleição de uma mulher presidenta. E a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a exemplo do que se verificou no caso da construção civil. Quase nada mudou, para as mulheres, quanto à remuneração e às condições de aproveitar lazer, cultura, etc. As mulheres seguem em desvantagem flagrante quando comparadas a homens nas mesmas condições. As mulheres são menos remuneradas pelos mesmos trabalhos e dispõem de menos possibilidades de lazer. Tatau expressou a necessidade de transformar esse impulso de igualdade em igualdade efetiva, necessidade de construir políticas efetivas, que não fiquem somente como um símbolo de um novo tempo para as mulheres, sem consequências concretas e duráveis. Quanto a esse objetivo, ela apontou 4 desafios:

1. Construir a cidadania das mulheres com o debate de sua autonomia, tendo as mulheres como sujeitos de sua história: para tanto, o aspecto econômico é central, mas implica também condições de fruição de cultura e lazer, de participação política, de saúde;

2. Reduzir a desigualdade efetiva entre mulheres e homens, enfrentando a desigualdade econômica e social, associando essa questão ao desafio da erradicação da pobreza proposto pela presidenta Dilma;

3. Estabelecer um combate cruzado contra os diversos mecanismos de desigualdade que a sociedade constrói, rompendo com desigualdade de classe, de raça e etnia, de orientação sexual, entre campo e cidade e todas as outras;

4. Promover uma mudança no imaginário social, gerando alteração de padrões e valores de comportamento. É uma questão delicada, pois envolve abertura a acusações de censura, de uniformização do pensamento. Mas é preciso que haja debate, luta contra a diferenciação da educação de meninos e meninas, contra o uso de uma imagem de mulher depreciativa pelos meios de comunicação, entre outros.

Tatau expôs, então, a vontade da ministra Iriny Lopes de apresentar até o final do ano um programa consistente de políticas de autonomia para mulheres. Afirmou que a SPM tem trabalhado com outros ministérios sobre diversas políticas: equipamentos sociais, fiscalização do mercado de trabalho, de cuidado, políticas que alterem a divisão sexual de trabalho, que suprimam a lacuna das remunerações. O legado do governo Dilma, porém, deve se colocar também em matéria de padrão de igualdade, de alteração de mentalidade, de mudança de um tipo de educação que reproduz desigualdades - tema que a SPM discute muito com o MEC, com o Minc. Ela qualificou o comitê de precioso para esses objetivos, pois nele se encontravam os vínculos de políticas para mulheres em cada área de governo.

Mariana Mazzini iniciou então uma rodada para reflexões sobre a apresentação feita por Luana e sobre os comentários da Tatau,

Luis Fujiwara, da ONU Mulheres, parabenizou a SPM e o Comitê pela opção de trabalhar com dados sólidos. Quanto à apresentação do Ipea e à questão que nela foram levantadas, ele ressaltou as mudanças dos valores culturais, a proposta de reforma política, colocada pela sociedade organizada ou não, e propôs uma reflexão sobre o uso que o governo faz da mídia, com a qual muito dinheiro é gasto, e que poderia ser melhor usada pra fazer evoluir os pontos de vista da sociedade. Também comentou a necessidade de se trabalhar a questão do desenvolvimento sustentável, embora seja difícil incorporar-lhe questões de gênero e de raça. Apontou também as UPPs, os refugiados, os refugiados ambientais, enquanto oportunidades para o Brasil ser mais presente na esfera mundial.

Verônica Maia, da Seppir, justificou a ausência da titular, Mônica Gomes, que precisou atender a um pedido da ministra. Pontuou que há possibilidades concretas de mudanças quanto à questão do trabalho doméstico e da população negra. Ela colocou também que há espaço para a atuação do homem, necessidade de conscientizá-lo, e comentou a associação do abuso de drogas à ausência paterna.

Analine Specht, do MDA, fez uma proposta de encaminhamento, a partir dos dados de Luana Pinheiro e do apanhado da subsecretária Tatau sobre o fórum de cidadania e a sala de situação. Para a discussão da próxima reunião, ela propôs que cada representante traga as políticas afirmativas que cada órgão inscreveu no seu PPA. Políticas estas, então, efetivas, que se desenvolvam nos eixos trazidos pela subsecretária Tatau.

Liliane Brum, do MS, pontuou que a questão cultural é fundamental, não sendo algo abstrato sobre o qual não se pode agir, mas sim o substrato por trás da desigualdade econômica e da violência contra a mulher. Ela frisou o quão fundamental é a cultura para se pensar no acesso da mulher aos serviços de saúde, urgindo serem pensadas estratégias para criar essa mudança cultural essencial para a autonomia, para o acesso.

Gleidy Ribeiro, da Secretaria Geral da Presidência, reforçou o papel dos meios de comunicação, sobretudo a comunicação pública, em benefício das mulheres. Ela comentou que o governo Lula criou a conferência de comunicação e a Empresa Brasileira de Comunicação, e que estes espaços devem ser investidos. Ela apontou a mídia como criadora e mantenedora dos estereótipos dos quais a mulher é vítima, e frisou a necessidade de trabalhar a comunicação pública na conferência. Ela comentou que embora a regulamentação dos meios de comunicação seja da alçada do legislativo, sua discussão deve ser prioridade e não um tabu para as mulheres, haja vista que outros países, mesmo liberais, como EUA e Inglaterra, possuem estruturas para regular essa questão.

Rosa de Lourdes, do CNDM, concordou que a questão da comunicação traz itens importantíssimos. Observou que o fato de ter sido eleita uma mulher presidenta não mudou certos aspectos da mentalidade nacional. Ela denunciou uma ideia persistente de esvaziamento da política, segundo a qual todos os políticos são corruptos. Comentou o contrasenso de o canal televisivo do governo ser restrito ao pagamento de uma assinatura, enquanto que nos canais abertos, que são concessões do governo brasileiro, não há espaço para o que se passa em matéria de política do país. Ela propôs que a conferência governamental tenha uma marca diferente, fora da ideia de reunião ampliada, de evento visando somente a produção de delegações e decisões de ações. Ela propôs que dessa conferência saia um documento para orientar as delegações e as pessoas em geral, que estão de fora do processo e não sabem de todos os esforços que estão sendo realizados.

Tamara Gonçalves, do MEC, pontuou, quanto à questão da publicidade, que o problema dos estereótipos de gênero é antigo e não se limita a publicidades de cerveja. Ela declarou ter trabalhado com regulamentação de publicidade infantil e é flagrante a clivagem: para os meninos a publicidade reforça a virilidade, associada à violência. Para as meninas ressalta-se a questão da moda, da “sedução dos gatinhos”.

Andrea Azevedo, da ONU Mulheres, comentou, sobre as questões levantadas por Luana Pinheiro, do IPEA, que seria interessante como encaminhamento para a próxima reunião a preparação de uma discussão a respeito de como e onde seria mais importante se desenvolver políticas de abertura dos espaços de poder às mulheres. Ela colocou que as estatísticas mostram uma relativa estagnação que reflete a necessidade de se trabalhar junto aos partidos políticos, para que o legado em matéria de representação seja efetivo para esses próximos anos.

Rosa de Lourdes, do CNDM, reforçou ser necessário se pensar a atuação dos partidos, que não respeitam as quotas de 30%.

Mariana Mazzini, da SPM, respondeu à fala de Analine sobre encaminhamentos. Ela reforçou a pertinência de se trazer o reatamento que a política para as mulheres tem nas ações do PPA dos órgãos e verificar se há metas pertinentes, até como insumo para se pensar o objetivo de autonomia da mulheres. Ela concluiu comentando que o PPA se coloca como um guia concreto de trabalho.

Vera Lucia de Oliveira, do MAPA, propôs que a SPM encaminhasse um ofício para os órgãos, endereçado ao/a secretário/a executivo/a, para gerar um envolvimento maior da direção dos órgãos, sobre a conferência, mas citando também os eixos dos

quais a subsecretária Tatau falou, para ensinar a criação de grupos dentro dos ministérios.

A subsecretária Tatau Godinho se declarou a favor do encaminhamento. Propôs o envio aos/as ministros/as de um ofício informando da preparação da conferência governamental e explanando que para tal se faz necessário: 1- levantamento das informações relevantes para política para as mulheres no ministério 2- preparação da delegação, já que a conferência está prevista para novembro 3- apresentação de um relatório, balanço do que foi feito, a ser apresentado conjuntamente pela delegação do governo federal. Por fim, o ofício recordaria que tudo deve estar baseado no Plano ainda em vigor, e insistiria na importância do preenchimento do SIGSPM.

Luis Fujiwara da ONU Mulheres comentou que, na gestão passada, o coletivo Cefemea possuía um projeto de avaliar as ações para as mulheres no PPA.

Mariana Mazzini, da SPM, concluiu então que a SPM fará um pronunciamento mais geral, com o apoio do MPOG, e que cada ministério entrará nos detalhes que lhe são próprios.

Liliane Brum, do MS, comentou que o tema da autonomia é essencial, mas que alguns ministérios se interessarão mais sobre a questão que outros.

5. Conferência Governamental

A subsecretária Tatau Godinho passou aos informes sobre a Conferência Governamental. Propôs dividir a discussão em duas fases: o que deve ser decidido imediatamente e os temas de discussão da próxima reunião do Comitê do PNPM. Na primeira categoria ela colocou as questões referentes à delegação, ao balanço, à convocatória da conferência para os diversos ministérios, incluindo entidades vinculadas, autarquias, representações regionais. Acrescentou, além disso, a previsão dos temas a serem debatidos na conferência governamental, de modo a que já começassem a ser desenvolvidos no interior dos ministérios. Na segunda categoria, os temas a serem discutidos na próxima reunião, em novembro, os quais incluem a preparação, a dinâmica e a pauta propriamente ditas da conferência, um levantamento de temas prioritários e controvérsias, eventuais ajustes na delegação e a discussão do texto de balanço para a conferência nacional, que é responsabilidade do governo federal, e que não estará fechado, nesse momento, mas deve já estar estruturado.

Com relação à data da Conferência Governamental, após várias propostas da plenária, ficou decidido que será realizada nos dias 17 e 18 de novembro Mariana Mazzini, da SPM, levantou a questão da delegação para o evento. Foi exposto um sistema de pontos utilizado para definir o tamanho da delegação de cada órgão. Foram elencados os critérios que aumentavam o tamanho de delegação, a saber, fazer parte do comitê; ter mecanismos de gênero; ter administração indireta vinculada apresentando alguma política afirmativa; ser central quanto a alguma temática.

A subsecretária Tatau Godinho afirmou que a proposta é baseada na experiência da construção passada de delegação para a conferência governamental, mas também é fruto de uma pressão grande para aumento do número de órgãos de governo representados, o que acompanha o aumento do número de órgãos que iniciaram políticas para as mulheres ou estabeleceram relações com a SPM. Tatau comentou que são mudanças positivas, mas que acarretam diminuição do tamanho das outras delegações. Ela também comentou da necessidade de se pedir delegações para o judiciário e para o legislativo, pois se estas esferas comparecem somente como observadores, poderão não se sentir engajados a cumprir as decisões.

Veronica Maia, da Seppir, afirmou ser demasiado pequena a participação da Seppir e da SDH, que somadas têm a mesma quantidade de delegados do MME.

A subsecretária Tatau Godinho esclareceu que o que estava em discussão era a delegação do governo federal (o que não significa somente Brasília, incluindo, por exemplo, representações regionais de órgãos federais) em uma conferência que se restringe apenas ao governo, não abarcando, portanto, capilaridades como as que a Seppir possui pelo país, que possuem caráter de sociedade civil. No mais, representantes dos estados e municípios seriam eleitos em suas próprias conferências. Quanto ao tamanho da representação do MME, a explicação é que as empresas estatais do setor, talvez devido ao programa pró-equidade, têm feito um forte investimento na área, o que expande a representação do MME. Ela acrescentou que a proposta da SPM será mandada a todos os ministérios por meio de ofício, falando do tamanho da representação do órgão dentro da delegação do governo federal e sugerindo que sejam incluídos dentro dessa delegação as entidades vinculadas a ele.

Magaly Marques declarou que a equipe da Casa Civil é reduzida e que talvez não preencham as oito vagas a eles destinadas. Sugeriu que fosse enviado ofício à Secretaria-Executiva da Casa Civil consultando sobre o número de vagas que aquele órgão vai utilizar.

Analine Specht, do MDA, declarou que a expectativa seria de uma maior representação de seu órgão, devido ao alto grau de institucionalização e capilaridade da estrutura nele voltada para política para as mulheres.

Leonor da Costa, do MTE, declarou ter 27 superintendências regionais de trabalho e apenas 18 delegados, e que, logo, o ideal seria dispor de 27 +2.

A subsecretária Tatau Godinho explicou que a delegação do Executivo é composta de mais de 400 delegadas. Assim sendo, nenhuma instituição terá condições de ter uma representante por estado.

Vera Lucia de Oliveira, do MAPA, apontou a ausência da CONAB na distribuição de vagas e afirmou que, com ela, ficam poucos lugares para o órgão propriamente dito, impedindo a distribuição das mesmas em áreas estratégicas do ministério. Ela pleiteou uma vaga a mais.

Maria do Rosário Cardoso, do MPOG, inquireu se nas vagas destinadas a seu órgão estariam incluídos a ENAP e o IBGE. Mariana Mazzini, da SPM, esclareceu que o IBGE não estará contido na delegação do MPOG, pois ele compõe o Comitê de Articulação e Monitoramento do 2º PNPM e será, portanto, convidado diretamente.

A subsecretária Tatau Godinho chamou atenção para o fato de que haveria limites para a eliminação da desproporcionalidade, e que as delegações seriam provavelmente diminuídas, não aumentadas.

Daiane Lopes, do MEC, apontou a ausência, na distribuição, do (INEP) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), e observou que o número de vagas para o seu órgão é o mínimo para que as áreas relevantes possam ser representadas.

Mariana Mazzini, da SPM, recordou que uma análise de eventos passados indica que nem sempre os ministérios completam as vagas a eles alocadas, o que causa redistribuições ulteriores. Ela afirmou que Jader José de Oliveira, servidor da SPM e economista de formação, fez uma série de projeções para se chegar a esse resultado. Ela chamou atenção para o fato de que várias representações se aproximam do tamanho da SPM, que organiza o evento.

A subsecretária Tatau Godinho ressaltou que a conferência governamental funciona como uma preparação para a conferência nacional, sendo aberta à participação de todos os estados. Mariana Mazzini, da SPM, concluiu o tema pelo seguinte encaminhamento: serão inseridas delegações para o judiciário e o legislativo e estão

anotadas as ponderações aqui sugeridas. Serão feitas, além disso, consultas informais e aguardados os retornos dos que precisam consultar as bases.

6. Relatório SIGSPM

Mariana Mazzini, da SPM, iniciou então o ponto de pauta referente ao preenchimento do SIGSPM, declarando ser necessário divulgar o relatório o mais rápido possível e propondo a definição de um prazo último para sua conclusão.

Gabriela Parente, da SPM, informou que houve continuidade dos preenchimentos nos últimos meses, além da manutenção da disponibilidade de formação para o preenchimento do SIGSPM, mas que ainda assim há quatro ministérios que não inseriram suas informações. Ela expôs no projetor uma tabela representando o grau de preenchimento de cada órgão, dividindo-os entre preenchidos, não-preenchidos e parcialmente preenchidos. Ela explicou que nesta última categoria estão reunidos aqueles preenchimentos nos quais falta um ou outro detalhe e se comprometeu a enviar a cada representante a configuração final de cada relatório, para aprovação, complementação e/ou alteração, mas que, para tanto, seria necessário que os órgãos que não preencheram o façam.

Gabriela lembrou que apesar de não estarem trabalhando com o relatório de 2011, a indicação das prioridades para 2011 deveria ser fornecida.

Verônica Maia, da Seppir, comentou que, pelo próprio caráter da Seppir, há dificuldade para preenchimento do SIGSPM, falta espaço para desenvolver explicações e comentários, nos espaços para os semestres. Ela apontou, também, uma rigidez quanto à indicação de parceiros.

Gabriela Parente declarou que a SPM já pensa em reformular o sistema para o seu aprimoramento e adequação. Quanto ao espaço, optou-se por limitá-lo para que fossem priorizadas as informações essenciais, gerando relatórios mais curtos e rápidos, facilitando seu processamento e divulgação.

Daiane Lopes, do MEC, explicou que a ação que está faltando no relatório é de uma autarquia, que deve sofrer cruzamento de dados no IMEC, e que logo deve estar preenchida. Ela acrescentou que estão formulando internamente um outro documento relevante à política para as mulheres no MEC e que será enviado para a SPM, para informação.

Leonor da Costa, do MTE, afirmou ignorar o que está faltando no relatório do órgão, que ela pensava estar completo. Propôs em seguida que se envie para cada um o que falta para cada órgão. Gabriela, da SPM, apoiou a proposta.

Mariana Mazzini, da SPM, sublinhou a importância de se manter em mente que o relatório será um documento público. Ela se comprometeu a enviar, até o fim desta semana, os espelhos para verificação e pactuação informal e, na próxima semana, um ofício sobre a divulgação do relatório.

Gabriela Parente completou propondo mandar até o fim dessa mesma semana o estado atual do preenchimento de cada órgão, com indicação de todas as lacunas que devem ser completadas, mas recordou que setembro seria o último mês de prazo para o a conclusão dos relatórios de cada órgão, e que no 30 serão enviados os ofícios dando ciência dos preenchimentos tal como serão publicizados. Ela propôs o dia 23 como novo prazo para conclusão dos preenchimentos por cada órgão, o que foi aceito pelo comitê.

7. Aprovação da memória da 39ª Reunião

Mariana Mazzini, da SPM, levantou, então, a pauta sobre a memória da 39ª reunião ordinária do comitê do PNPM. Ela propôs, então, sua leitura e envio de

sugestões de retificação até a sexta-feira dia 17 do mês corrente, depois do que serão contempladas as modificações sugeridas e publicizado o documento via internet.

8. Encaminhamentos Finais

Foi feito então um resumo dos encaminhamentos da reunião. A saber:

- Sugestões de ajustes para a memória da 39º reunião devem ser encaminhados até sexta-feira da semana corrente.
- A data da próxima reunião do comitê foi definida para o dia 4 de novembro, de 9:00 às 14:30.
- Cada representante deve trazer informações de seu órgão sobre as prioridades em matéria de política para as mulheres para o próximo período, segundo seu PPA.
- A pauta para próxima reunião conterà a discussão a respeito da conferência governamental.
- A data da reunião governamental foi definida para os dias 17 (inteiro) e 18 (até as 14horas) de novembro. Que a data da 3º CNPM foi definida para os dias 12 a 15 de dezembro.
- Serão enviados os relatórios do SIGSPM para cada representante do comitê até a sexta-feira da semana corrente e foi estabelecido o prazo para finalização e ajuste de cada relatório como sendo o dia 23 do mês corrente. Foi estabelecido o dia 26 como data para o envio dos ofícios referentes.
- Serão enviados avisos ministeriais para cada órgão, convocando a conferência governamental, indicando o número de representações de cada órgão na delegação do governo e recomendando a representação da administração indireta vinculada. O mesmo aviso demandará um balanço/relatório sobre o que se fez no ministério em matéria de política para as mulheres até então e pedirá apoio do ministro para o levantamento das informações relevantes para política para as mulheres no ministério e reforçará a importância do preenchimento do SIGSPM.
- Quanto à avaliação do 2º PNPM e da 3ª CNPM, a consolidação do projeto deverá ser informada ao comitê tão logo ocorra.

A subsecretária Tatau Godinho então agradeceu a presença de todas e todos e declarou concluída a reunião.